

“Que horas ela volta?”: A representação audiovisual da relação entre empregada e patrões

LUCIANE BENITES HERSING
LEANDRO LEMES DO PRADO
DÉBORA NICE FERRARI BARBOSA

RESUMO: Este estudo investiga a representação dos processos de colonialismo e exclusão social tendo como área de estudo o audiovisual brasileiro intitulado “Que horas ela volta?”, e se desenvolveu sob a ótica de uma análise qualitativa sobre o filme. Nesse sentido, a narrativa indica um olhar sobre as relações e desconstruções sociais propondo uma leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-colonialismo. Desigualdade, Narrativa, Cinema, Cultura.



“When Does She Come Back?”: The Audiovisual Representation of the Relationship between Employee and Employers

LUCIANE BENITES HERSING

Mestre em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale. Professora na Rede Municipal de Ensino Básico de Novo Hamburgo (RS).
E-mail: bhersing@gmail.com

LEANDRO LEMES DO PRADO

Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS). Mestre em Letras e Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSC). Professor no Instituto Educacional Essência do Saber (IEES).
E-mail: professorleoprado@gmail.com

DÉBORA NICE FERRARI BARBOSA

Doutora e mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora (DT-1D) do CNPq. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale.
E-mail: deboranice@feevale.br

ABSTRACT: This study investigates the representation of the processes of colonialism and social exclusion, having as study area the Brazilian audiovisual entitled “What hours does she come back?”, and it was developed from the perspective of a qualitative analysis of the film. In this sense, the narrative indicates a look at social relations and deconstructions, proposing a critical reading of the continuity of colonial relations of domination and oppression in contemporary times.

KEYWORDS: Post-colonialism. Inequality, Narrative, Cinema. Culture.

RECEBIDO:23/12/2022

APROVADO:09/02/2023

1 Introdução

A gestão pública brasileira tem adotado medidas que vêm impactando as relações interpessoais e de trabalho, bem como a economia, a saúde e a segurança no país. O enfrentamento à pandemia durante os anos de 2020 e 2021, no qual o Brasil atingiu mais de 600 mil mortes por COVID-19, evidenciou um conjunto de ações marcado por desajustes em termos de aplicação de políticas públicas, no qual as maiores vítimas foram as populações negra, parda e indígena brasileiras. No campo das políticas trabalhistas, a medida provisória 936/2020, que permitiu a suspensão de contratos de trabalho, ou a redução de jornada, ou ainda a redução do valor do salário, aumentou a instabilidade dos direitos trabalhistas e colaborou para o aumento do desemprego no país naquele período.

Aliado a este cenário atual, temos no Brasil uma realidade histórica em termos de desvirtudes no que tange às desigualdades e à exclusão social. Não temos como pensar o Brasil atual sem levar em consideração nossa história de escravidão e colonialismo de séculos atrás e seus impactos nos tempos modernos, tanto em termos culturais, como sociais e econômicos. No Brasil, está intrínseco o conceito de colonialidade, que mantém a estrutura de dominação e poder, herança do processo de colonização e exploração que produziu e mantém características de desigualdades sociais. A desigualdade no país permanece e, em vista disso, precisa ser abordada como um aspecto estrutural, bem como a origem das desigualdades calcadas na exploração, escravidão e exclusão social.

Para compreender, ou entender, este processo histórico brasileiro, a cultura tem desenvolvido instrumentos que expressam este tempo. Especialmente através da arte audiovisual: o cinema. O cinema como linguagem tem o poder de instruir, provocar, problematizar e refletir, além disso, ele oportuniza a abordagem de aspectos históricos, culturais, políticos e sociais. O cinema pode ser uma mídia educativa para alfabetizar audiovisualmente uma sociedade; “o cinema é tecnologia” (GERBASE, 2017, p. 28), logo, se a tecnologia está inserida na sociedade, o cinema pode fazer parte do processo de emancipação social, proporcionando a identificação das desigualdades sociais e o enfrentamento da exploração vigente, bem como, promovendo o debate por uma sociedade equânime.

Nesse contexto, abordamos neste artigo a narrativa do filme “Que horas ela volta?”, tendo como objetivo analisar os conceitos de colonialismo e colonialidade na sociedade brasileira representada no audiovisual. Assim, pretendemos estabelecer um diálogo com os conceitos de colonialismo, colonialidade e descolonialidade, expressos e enraizados na sociedade brasileira marcada por desigualdades sociais, racismo, machismo e misoginia.

O filme conta a história de Val (Regina Casé), uma mulher pernambucana que deixou sua filha Jéssica (Camila Márdila) em sua cidade natal, para trabalhar como babá em uma casa de família da elite branca de São Paulo. Ela cuidou de Fabinho (Michel Joelsas), filho de Barbara (a patroa), como se fosse seu filho, morando na casa dos patrões, no quarto de empregada. Treze anos se passaram e Val recebe a notícia da vinda de sua filha para São Paulo. Jéssica vem prestar vestibular para a Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. A filha não se adapta às regras sociais com as quais a mãe vive. O confronto de atitudes gera tensões na relação entre patrão e empregada doméstica, deixando clara a ambiguidade da relação de trabalho de Val e seus empregadores. O filme foi reproduzido em muitos países, denunciando a situação de muitas mulheres negras/pardas no Brasil.

Sendo assim, nosso estudo desenvolveu-se sob uma análise qualitativa sobre o filme, buscando respostas para o questionamento: A relação entre patrões e empregadas no Brasil segrega populações e mantém relações de desigualdades e exclusão? Também nos apoiamos em livros e artigos de autores que trabalham com as questões que pretendemos explorar aqui — cidadania, colonialismo, colonialidade e descolonialidade — em colaborações que se articulam entre si como uma perspectiva de emancipação social. A partir de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e exploratória, destacamos as produções teórico-metodológicas de Giacomini (1988), Sales (1994), hooks (1995), Kellner (1995), Quijano (2020), Souza (2005), Guillaumin (2014), Lugones (2014), Piketty (2014), Ferrés e Piscitelli (2015), Petit (2015), Gerbase (2017), Munsberg e Silva (2018), Collins (2019), Gonzales (2020), Freire (2022), R. Ribeiro (2021) e D. Ribeiro (2018).

2 O audiovisual e o pensar social

O poder da mídia em ampliar a comunicação e a interação social cria e influencia novos comportamentos. O entretenimento oferecido pelas mídias faz parte da realidade de muitas pessoas nos mais diversos recantos do planeta. Acessar as mensagens no WhatsApp, acompanhar uma série ou novela numa plataforma de streaming ou conhecer pessoas em aplicativos de relacionamentos: a mídia faz parte da vida cotidiana no século XXI, afetando e formando opiniões, modelando visões de mundo e criando referências culturais.

A cultura midiática tem forte influência social, afinal “[...] muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de nós e eles” (KELLNER, 1995, p. 09). As mídias permitem o acesso ao outro: interagir, pesquisar, influenciar e sermos influenciados, deste modo, somos conduzidos a pensar e agir de acordo com o que é vendido e ofertado. Os meios de comunicação e entretenimento contribuem para formar comportamentos em todas as etapas da vida humana.

O cinema, arte audiovisual, tem suas origens nos experimentos com aparelhos que permitiram dar movimento às imagens. Esses experimentos foram realizados pelos irmãos Lumière,¹ passando pelo cinema mudo até chegarmos a era do cinema 3D — A receita continua a mesma: narrar uma história. Porém essa história não será apenas para entreter, não será apenas para gerar lucro para grandes estúdios, o cinema é o reflexo de uma sociedade, configura-se como uma ferramenta social.

A representatividade (ou a falta dela) retratada pelo cinema em narrativas perpetua padrões ou diversidade, podendo ressaltar aspectos da existência humana ou trazer à luz tantos outros que ficam sob uma cortina de fumaça social. Quando os mais variados *streamings* colocaram em seus catálogos filmes de diversas nacionalidades, permitiram uma visão ampliada da vida humana

1 Auguste e Luis Lumière, conhecidos como os precursores do cinema, realizaram experimentos com imagens em movimento com uma apresentação pública (1895), porém foi Alice Guy Blaché (1873-1968) a precursora na direção de um filme (1896) chamado “La Fée aux Choux” (1896), recebendo créditos e homenagens póstumas por sua produção de 600 filmes ao longo de sua carreira.

sob a ótica da película cinematográfica. A sociedade de um país está expressa por sua produção cinematográfica, tanto de grandes produções quanto de cinemas independentes. O audiovisual tem o poder do entretenimento unido à possibilidade de refletir o social e nos permitir a catarse e a reflexão.

Por tratar-se de uma ferramenta que comunica e entretém, também pode construir a imagem do corpo perfeito, da vida ideal, ratificar comportamentos, denunciar racismo, machismo, misoginia e homofobia, levando nosso olhar e nossas emoções a serem confrontadas. Porém, cabe ressaltarmos que a indústria cinematográfica busca, assim como a publicitária, perpetuar e manter discursos e vender produtos, desde animações infantis a grandes produções campeãs de bilheteria. Uma história levada a tela grande terá alcance mundial, pois atualmente o compartilhamento de filmes em canais gratuitos facilitam o acesso a filmes que não chegariam a grandes massas. Novamente as mídias trabalhando para espalhar conteúdo. A partir do domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas a seis dimensões — linguagem, tecnologia, interação, produção e difusão, ideologias e valores e estética — decorre a competência midiática. (FERRÉS; PISCITELLI, 2015).

Deste modo, o cinema adota em cada filme produzido uma temática, uma trama e uma narrativa com foco num público específico, utilizando referências externas para construir a própria estrutura narrativa. Na construção dos personagens, um universo e suas influências se formam, estabelecendo um diálogo com a dimensão da linguagem (FERRÉS; PISCITELLI, 2015).

Sendo assim, os filmes podem se apropriar de um discurso social, que pode repercutir, que pode provocar uma leitura crítica e fazer uma denúncia de uma situação marginalizada. A identificação com a protagonista é um artifício de muito poder, capaz de gerar catarse e epifania. Ao identificar-se emocionalmente com os personagens, com o enredo da história, criando uma situação de empatia ou de revolta, a comoção colabora para a recepção de um discurso social, confluindo para uma outra percepção de mundo. Val representa inúmeras mulheres brasileiras, porém as mulheres na Venezuela, em Cuba, na Colômbia, em algum ponto da narrativa, irão também se identificar com a jornada de Val: mulher, mãe,

trabalhadora, parda/negra. A mídia a favor da denúncia das desigualdades sociais fomenta a reflexão e a libertação.

Considerando as reflexões propostas acima, cabe ainda ressaltarmos que o cinema é uma ferramenta de alfabetização audiovisual, através do som, da imagem, narrativa, linguagem, tecnologia, interação, produção, estética e difusão. Ao presenciarmos uma protagonista feminina parda/negra empregada doméstica, abrimos um leque de possibilidades para que a mídia, que nos cerca e vende ideias e produtos, nos apresente super-heroínas ou princesas negras/pardas. O fato de ambas as atrizes serem premiadas, como também o filme, evidencia uma sociedade que caminha para livrar-se da colonialidade constantemente reproduzida pelo cinema sem uma reflexão crítica sobre ela.

3 Profissão: Emprega doméstica no Brasil

O filme *Que horas ela volta?* nos convida à jornada de Val, mulher parda, pobre e empregada doméstica que trabalha e reside na casa dos patrões, com longas jornadas de trabalho sem divisão entre vida laboral e privada, assemelhando-se ao trabalho escravo. A protagonista Val provoca a discussão sobre os conflitos de classe e etnia da sociedade brasileira, sobre o trabalho doméstico, mão de obra barata e exploração. As relações de trabalho expressas no filme representam uma herança do Brasil colonial no qual o negro e o indígena são considerados propriedade. O DIEESE,² no ano de 2010, publicou dados que evidenciaram as diferenças étnicas sobre o valor da hora trabalhada para as empregadas domésticas, chegando a um diferencial de 4,7% dentro da categoria. Mulheres negras recebem menos pelo mesmo trabalho. Os regimes de trabalho que ultrapassam 12 horas diárias, qualificando-se como situação de escravidão, são representadas no filme. A relação de opressão é frequentemente amenizada pela patroa com declarações rasas, como: “ela é praticamente da família” e “está há anos conosco, criou meu filho”. Esse apelo em incluir

2 Departamento de Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
<https://www.dieese.org.br/>

a empregada como membro familiar perpassa uma situação de chantagem emocional efêmera: *quase, mas não é*.

Ao analisar a situação da mulher negra no Brasil, precisamos compreender a “transformação dos escravos em trabalhadores livres” e as “heranças deixadas pela escravidão às mulheres das classes exploradas – mulheres negras – e das classes dominantes, sem compreender a situação da mulher negra escrava” (GIACOMININI, 1988, p.19). A herança colonial estabeleceu culturalmente que a mulher negra é “coisa”, é “posse” de quem a emprega. Sendo a mulher negra vista e tratada como coisa ou posse, “o fato de ser tratada materialmente como coisa faz com que você seja também, no domínio mental, considerada uma coisa” (GUILLAUMIN, 2014, p. 65). As diferenças entre mulheres brancas e negras dentro do contexto social brasileiro fica evidente em alguns estudos, como o seguinte:

Se sobre as mulheres brancas pesava o alto poder do patriarca, na figura do seu pai ou marido, que lhes impunham uma dura moral sexual e que seguissem a rigor as tarefas tidas como femininas, para as mulheres negras pesava a escravidão que lhes explorava não só o trabalho, mas seus corpos para fins de reprodução de força de trabalho, como também para satisfação sexual dos desejos dos homens brancos, negando-lhes qualquer possibilidade de composição familiar e de direitos sobre as suas vidas e corpos, num verdadeiro processo de coisificação (PINHEIRO, 2018, p. 50).

A ideologia dominante que se mantém desde o período escravista, mantendo a mulher negra como propriedade, materializada e explorada fica evidente em várias situações de trabalho na sociedade atual:

A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras (COLLINS, 2019, p. 140).

As trabalhadoras do setor doméstico colocaram-se em risco desde o início da pandemia, reproduzindo uma exclusão social. Muitas com idade acima de 60 anos, pertencentes ao grupo de risco, e muitas sem regularização funcional: contrato, carteira assinada e garantia de previdência. As relações de trabalho entre empregadas domésticas e patrões privilegiam o bem-estar e conforto do empregador, em detrimento da exposição ao risco de contaminação da funcionária. A situação pandêmica evidenciou desigualdades de classe, gênero e etnia: O ir e vir para o trabalho em transportes coletivos, as entradas e saídas de serviço para que essas trabalhadoras sejam invisíveis e um trabalho considerado serviço essencial. O “sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros” (HOOKS, 1995, p. 468). Às mulheres negras, os lugares reservados na sociedade são os de limpar, cuidar e servir, receber pouco, cuidar de outra família mais do que da sua própria e, com rendimentos escassos, sustentar-se. A desigualdade no país permanece perpetuada e naturalizada, devido à concentração de riqueza entre os mais ricos no Brasil e não apresentou alterações expressivas nos últimos cem anos (SOUZA, 2005). Uma pequena parcela da população detém a maior parte da riqueza do país, constatação semelhante à analisada em nível mundial (PIKETTY, 2014). Ressaltamos também que, nos períodos de fechamento democrático, as elites conseguem acumular mais renda do que em períodos de abertura democrática:

[...] somos as pessoas que estão nas cifras dos piores indicadores sociais; continuamos trabalhando nos empregos mais precários, explorados e desprotegidos; habitamos as áreas de maiores risco socioambientais; estamos expostas as diferentes situações de violência, fora de casa e no ambiente doméstico, especialmente a criminalidade e às mortes por doenças totalmente evitáveis [...] (ARANTES, 2018, p. 10).

A herança cultural brasileira é aquela que permanecem intrínsecas na sociedade as desigualdades entre negros/brancos, homens/mulheres, mulheres brancas/mulheres negras (SALES,

1994). O que contribui para a perpetuação da desigualdade é a ideia do fetiche da igualdade, que tem sua sustentação ideológica na história do Brasil fabulada por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda:

O fetiche da igualdade, para a definição do qual me vali dos conceitos “democracia racial” de Gilberto Freyre e “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, são os fatores mediadores de nossas relações de classe, que têm ajudado a dar uma aparência de encurtamento das distâncias sociais, contribuindo dessa forma para que situações de conflito frequentemente não resultem em conflito de fato, mas em conciliação (SALES, 1994, p. 26).

O fetiche da igualdade romantiza uma harmonia social inexistente. É uma das formas ideológicas de encurtar as distâncias entre os mais ricos e os mais pobres no Brasil, sendo que os índices de salários pagos para homens brancos/homens negros e os pagos para mulheres brancas/mulheres negras é desigual. Nesse sentido, ratificamos “o menor salário das ‘raças inferiores’” (QUIJANO, 2020, p. 863) para o mesmo trabalho que o dos brancos.

Cabe ressaltarmos também que a primeira vítima de COVID-19 no Brasil, em 2020, foi uma mulher negra, de 63 anos, trabalhadora, empregada doméstica, infectada pela patroa, que retornou de uma viagem à Itália e foi exposta ao vírus dentro do ambiente de trabalho, com uma jornada semanal que incluía pernoitar no emprego e retornar ao seu lar somente nos finais de semana.

O Brasil, a cada dia, ratifica o atraso na equidade de gênero e na erradicação do racismo estrutural. Vivemos um período de obscurantismo, que busca manter estruturas patriarcais e hegemônicas, mantendo e alimentando desigualdades e exclusões. “Há uma luta para manter o monopólio sobre o que é universal, já que tal monopólio constitui-se como um dos meios fundamentais para a reprodução simbólica das elites globais” (RIBEIRO, 2009, p. 08). A luta feminista no século XXI implica legitimar a luta das mulheres negras, pardas e indígenas; implica perceber que a exclusão do feminismo negro das pautas feministas fomenta e alimenta a dominação de gênero e todas as demais formas de dominação, exclusão e desigualdades sociais. A chegada de Jéssica, filha da

protagonista, desestabiliza a situação de opressão e escravidão imposta, instigando o espectador do audiovisual a presenciar o despertar ideológico da protagonista — Val, mulher, parda e humana, não mais somente empregada, coisa/posse. No embate entre mãe e filha, duas gerações de memórias culturais e vivências pessoais impulsionam a mudança interna de Val entre o que sempre foi (suas memórias) e o que pode vir a ser como mulher (a tomada de consciência), não mais pertencente a alguém. Jéssica busca reescrever a história do feminino na sua família. Sobre consciência e memória e a reescrita da história das mulheres pardas, indígenas e negras:

A gente está falando de noções de consciência e de memória. Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita (GONZALES, 2020, p. 28).

A tomada de consciência de Val, a partir da chegada de Jéssica, desconstrói o padrão hegemônico. Quando Jéssica é aprovada no vestibular, enquanto Fabinho, filho dos patrões, é reprovado, ocorre uma quebra da estrutura social no contexto da família burguesa, estrutura essa fundamentada na supremacia de gênero/raça/etnia:

Cada uma das partes estruturantes da classe – sexo – “raça” /etnia –, combinados ou não, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras (CISNE, 2014, p. 27 – 28).

Em tempo, no ano de 2020, Mirtes Renata de Souza, empregada doméstica em Recife, região Nordeste do país, leva para o trabalho seu filho Miguel, de cinco anos. Devido ao fechamento das creches durante o período pandêmico, Mirtes não tem com quem deixar seu filho durante seu período laboral. Ao levar o cachorro da patroa para passear no jardim do condomínio por ordem dela, o menino fica aos cuidados temporários da patroa, dentro do apartamento, no quinto andar do prédio. Miguel começa a chorar, a patroa, que está ocupada com o cuidado de suas unhas, por uma trabalhadora do setor estético, de maneira irresponsável e criminosa, coloca a criança no elevador para que ele, sozinho, vá ao encontro da mãe. Destacamos que a criança estava acompanhada de duas mulheres adultas, que permitiram que ele entrasse sozinho no elevador em busca da mãe.

As câmeras de segurança mostram o momento no qual a patroa coloca o menino no elevador e aperta os botões. A criança acaba saindo do elevador no 9º andar, escala a grade do ar-condicionado e cai de uma altura de 35 metros. Miguel não sobreviveu à queda. A patroa foi presa em flagrante, porém com direito a fiança. Essa tragédia provocou reações de revolta e protestos nas mídias e redes sociais, colocando luz sobre muitas histórias similares de crianças invisíveis e o contexto no qual são inseridas: filha/filho da empregada não pode aparecer, dar trabalho ou ser tratado como ser humano. A história repercutiu pelo país e no mundo em vários jornais, em matérias como a de Costa (2020).

Esses contextos de violência e exclusão são reproduzidos em larga escala durante a minimização de direitos sociais, a ineficácia de políticas públicas e da gestão por parte do Governo Federal que permitem o aumento do desemprego, da pobreza, da fome, da miséria e como consequência final, os elevados níveis de mortalidade no país. Quando há investimentos em educação, saúde, pesquisa científica, segurança e emprego, a economia avança e com ela o poder aquisitivo e a qualidade de vida da população (cf. EX-COZINHEIRA..., 2022).

Ao ser aprovada, Jéssica rompe com o padrão em que oportunidades de estudos em curso superior historicamente pertenciam somente aos filhos e filhas da classe burguesa da elite brasileira,

e agora lhe são de direito também. Quando ela come o sorvete de Fabinho e ousa entrar na piscina da família, iguala-se a eles e “eles” não aceitam essa igualdade. A piscina é drenada porque um “rato entrou” explica a patroa. O que leva a entender que para Bárbara, Jéssica não pertence à mesma humanidade que ela, é inferior, não merece sorvete nem piscina, muito menos ser aprovada no vestibular.

Val acredita que faz parte dessa família, abraça, beija e consola Fabinho, após a reprovação. Considera-se família e, no seu ingênuo entendimento, compra um conjunto de café de presente para a patroa, um “caro”, de acordo com a sua avaliação na loja. Porém, Bárbara guarda para “uma ocasião especial”, que nunca chega. A drenagem da piscina e a tomada de consciência de Val ocorrem quando a filha parte no meio de uma noite chuvosa, depois da patroa insinuar que era melhor ela ir para um outro lugar. Quando decide partir, Val também entra na piscina, liga para a filha e anuncia: “Estou indo”. Essa passagem pela água simboliza sua transição, sua libertação e seu ato de resgatar-se da opressão.

Ao final do filme, quando Val se demite e vai morar com a filha, pensa em cursar massoterapia, devido aos muitos elogios que sempre recebeu por seus talentos com massagens gratuitas para a família dos patrões. Ela mostra para a filha o conjunto de café comprado com seu dinheiro e escolhido com carinho. Juntas tomam um café. É a reapropriação do seu trabalho, a tomada do comando da sua vida e existência. O ato de “roubar o conjunto de café” é o seu golpe de liberdade, é o reembolso simbólico dos anos de dedicação não reconhecidos. Ela está livre da escravidão laboral e pode sonhar com o seu futuro ao lado da filha e do neto.

As mudanças nas estruturas patriarcais e hegemônicas necessitam do feminismo decolonial, aliado ao feminismo negro. O feminismo deve contemplar todas as mulheres, pois não faz sentido lutar contra uma opressão e alimentar outra (RIBEIRO, 2018). Dessa forma, é necessário oportunizar espaço e lugares para a discussão sobre a mulher negra. Os apagamentos, as exclusões e os silenciamentos da representatividade da mulher negra, excluída muitas vezes do papel de protagonista em um processo de discriminação.

4 Colonialismo, colonialidade, descolonialidade e feminismo decolonial

Pensar sobre os processos de exclusão e desigualdades sociais no Brasil nos impulsiona ao resgate epistêmico dos conceitos de *colonialismo*, *colonialidade* e *descolonialidade*, bem como à reflexão sobre o feminismo decolonial.

O colonialismo consiste no “processo de dominação político-administrativo que visa garantir a exploração do trabalho e das riquezas das colônias em benefício das metrópoles” (MUNSBURG; SILVA, 2018, p. 144). A “colônia apresenta três principais sentidos: (1) assentamento de população em lugar determinado, posto assim em exploração, (2) agrupação de animais gregários, (3) terras objetos de exploração direta por um cultivador” (PETIT, 2015, p. 39). Dos três sentidos, nos apoiaremos no primeiro.

A exploração do Brasil pela metrópole portuguesa dizimou aldeias dos povos originários, através de uma barbárie desmedida, saqueou e usurpou recursos naturais, vegetais e minerais, escravizou negros e negras em prol do lucro mercantil desmedido. Esses colonizadores dominaram terras e saberes dos povos colonizados. Ao impor novos costumes (políticos, culturais e religiosos), desqualificaram a cultura dos povos explorados. Com o colonialismo inicia-se o processo de modernização e organização colonial “fazendo da Europa o centro geográfico e a culminação temporal” (LANDERS, 2005, p. 10). Essa dominação europeia foi nociva ao desenvolvimento econômico e social da América Latina, bem como colaborou para a construção e manutenção de camadas sociais e desigualdades sociais que perduram até os dias atuais.

O extermínio da identidade dos povos originários, o genocídio e a escravidão são as heranças que o Brasil recebeu do colonialismo. A opressão cultural, política e religiosa introduziu costumes, ratificou conhecimentos hegemônicos e estratificou a população, estabelecendo uma cultura patriarcal branca dominante. As mulheres foram subdivididas em brancas e negras, conforme sua função e necessidade da elite masculina branca. O controle sobre os corpos das mulheres brancas e negras como algo material e subjugado ao patriarcado foi fundamental para o capitalismo: A mulher negra como mercadoria, reprodutora de mão de obra escrava e objeto de

prazer sexual; a mulher branca como objeto para a instituição do casamento e para a construção da família branca.

As hierarquias naturalizadas pelos padrões de poder global são um fenômeno histórico que determinam a colonialidade: homens brancos em relação a homens negros, homens em relação a mulheres, mulheres brancas em relação a mulheres negras e assim por diante (MUNSBERG e SILVA, 2018). Nesse contexto, o pensamento colonial pressupõe a colonialidade através de sua permanente propagação (BALESTRIN, 2013). A classificação é usada para dominar o outro subalterno desvalorizado - essa é a premissa da teoria da colonialidade do poder a qual defende e sustenta a globalização e a propagação do capitalismo cria, promove e mantém padrões classificatórios tais como raça/sexo/religião (QUIJANO, 2020). Assim sendo, o racismo, o machismo, a intolerância religiosa e o feminicídio estão criados e mantidos no meio social.

No audiovisual que analisamos aqui, Val, oriunda de Pernambuco,³ deixa na sua cidade natal sua filha aos cuidados da avó materna e busca trabalho e melhores condições de vida na cidade de São Paulo⁴. Sem estudos ou oportunidades de inclusão social, passa a trabalhar para uma família da elite branca da cidade. A família depende de Val para todas as tarefas domésticas, dentre as quais a higienização, o preparo de alimentos e a criação do filho do casal (uma alusão às negras escravas amas de leite do período colonial brasileiro).

As constantes frases durante a narrativa de que “você [Val] é praticamente da família” e “você está em casa” buscam manter a docilidade e a domesticação da empregada, que não percebe sua condição de escrava e que sua dependência de empregada é uma versão polida da senzala.

O filme retrata os processos de colonialismo e colonialidade presentes nas relações entre empregadas e empregadores no Brasil. Ao expor na película a vida de Val, são evidenciadas as reproduções

3 Pernambuco é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no centro-leste da região Nordeste do país.

4 São Paulo é um município brasileiro, capital do estado homônimo e principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul.

de desigualdades sociais e exclusão: As longas jornadas de trabalho assemelham-se ao trabalho escravo; residir e alimentar-se na casa dos empregadores, à posição de posse, de coisa/objeto deles.

A chegada de Jéssica, filha de Val, instaura o caos. Suas ações e suas palavras desestruturam o cotidiano da mãe e dos patrões. Suas ações, tais como aceitar dormir no quarto de hóspede e banhar-se na piscina, acabam por explicar a práxis libertadora (FREIRE, 2022). Val não aprova, nem entende as atitudes da filha, pois não cogita que uma mulher pobre possa agir de forma diferente. A decolonialidade “diz respeito a um processo que busca a transcendência da modernidade/colonialidade” (MUNSBERG; SILVA, 2018, p. 145). Jéssica transcende a colonialidade, resiste aos padrões e conceitos impostos pela família branca e elitista, que oprimem sua mãe há anos. Jéssica dá voz às mulheres em busca da libertação social, enquanto Val vivencia o colonialismo sem questionar sua situação subalterna e opressiva.

Nos estudos de Maria Lugones (2014, p. 940), encontramos os princípios para a descolonização de gênero: “Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis, decretando uma crítica da opressão de gênero racializada colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social”. A pesquisadora reforça a necessidade do compartilhamento de experiências, pois a resistência à opressão não seria uma luta solitária. Val começa a entender e compreender sua filha quando ambas confidenciam suas vidas, suas jornadas e escolhas como mulheres pardas/trabalhadoras e mães.

A narrativa do filme expõe a realidade de inúmeras mulheres negras, pardas e indígenas no Brasil, dando visibilidade à luta feminista da mulher negra. Novamente Maria Lugones (2014) nos provoca a olhar para a intersecção entre as categorias mulher e negro, onde a categoria mulher muitas vezes não inclui a mulher negra. A mulher negra reside no limbo: não é incluída na luta contra o racismo, não é considerada na luta contra o machismo. A pesquisadora defende a interseccionalidade⁵ para que haja a erradicação do pensamento categorial.

5 Interseccionalidade é um conceito através do qual a experiência da opressão é vista na sua complexidade e exposta desde suas articulações culturais até sua dominação institucional. (RIBEIRO, 2020).

Deste modo, o feminismo decolonial busca despertar a consciência da necessidade de lutas pela equidade de todas as mulheres: latinas, indígenas, negras e pardas, propondo que a luta feminista não reproduza padrões hegemônicos, no qual o lugar de fala seja da mulher branca. Nesse sentido, conquistas como o direito ao voto, ao trabalho e às oportunidades devem abarcar todas as mulheres independentemente de etnia ou condição social. Os estudos de Lélia Gonzales (2020) são fundamentais para que se promova um novo olhar para a luta contra o racismo e o sexismo, que de múltiplas formas subalternizam as mulheres negras. Ela pontua sobre o feminismo e racismo e como ambos afetam diretamente a mulher negra:

Feminismo: ele consiste na “resistência das mulheres em aceitar papéis, situações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e características psicológicas que tenham como fundamento a existência de uma hierarquia entre homens e mulheres, a partir da qual a mulher é discriminada”. Bastaria substituir os termos homens e mulheres por brancos e negros (ou índios), respectivamente, para ter uma excelente definição de racismo (GONZALES, 2020. p. 39).

O exercício proposto por Gonzales (2020) provoca o olhar para a dupla luta da mulher negra/parda/indígena: lutar contra o machismo e o racismo estrutural, buscando equidade em locais de hegemonia branca. A incredulidade da família ao constatar que Jéssica é aprovada no vestibular, enquanto o filho da família burguesa não, são resquícios da hipocrisia, da não aceitação do direito daquela considerada inferior, subalterna e não pertencente ao espaço da universidade. Ao final da narrativa, Val se permite entrar na piscina, marcando o início da sua práxis de libertação, culminando em pedir demissão, viver com a filha e fomentar o sonho de estudar massoterapia. Jéssica e Val são uma pequena comunidade na luta e na resistência à opressão, na busca por seus lugares e suas ressignificações.

5 Considerações finais

O filme *Que horas ela volta?* recebeu prêmio de melhor filme da Mostra Panorama do Festival de Berlim (2015) e as atrizes Regina Casé e Camila Márdila dividiram o prêmio de Melhor Atriz Mundial no Festival Sundance 2015, ratificando que a história de Val foi aclamada pela crítica. É uma história que entretém espectadores e lança luz sobre a realidade de muitas mulheres, negras, pardas e indígenas, que ainda é ofuscada e invisibilizada na sociedade brasileira.

Diante da análise da narrativa, ficaram explícitas as relações de poder e exclusão social. O filme evidencia também o conflito de gerações entre mãe e filha e as ressignificações da relação de ambas, a partir da mudança de perspectiva de Val. A narrativa indica um olhar sobre as relações e desconstruções sociais, propondo analisar a opressão de gênero presente no século XXI e uma leitura crítica sobre a continuidade das relações coloniais de dominação e opressão na contemporaneidade. “A lei é o produto de lutas sociais e negociações” (SEGATO, 2006, p. 20). Desse modo, muito ainda precisa ser conquistado e aperfeiçoado em termos de políticas públicas que garantam direitos para todas as cidadãs brasileiras. Para as empregadas domésticas, não há um plano de carreira, uma oferta ou garantia de qualificação.

O acesso à educação de qualidade em todos os níveis, a bens materiais, lazer, saúde, bem-estar e ócio, garantia de direitos e políticas públicas, são primordiais para as mudanças na realidade de todas as profissionais diaristas e empregadas domésticas. Somente com a garantia de programas e incentivos do governo, gerando possibilidades que abarquem o espaço, visibilidade e verbas para trabalhadoras incluindo as gestoras mulheres, farão mudanças, que efetivarão a inclusão equânime das mulheres no mercado de trabalho e a práxis o feminino decolonial.

Sendo assim, enfatizamos a importância de movimentos de ação libertadora (FREIRE, 2022) e da reflexão sobre os processos de descolonização e decolonialidade, sendo o primeiro um processo de independência política e o segundo um processo de busca de transcendência do processo de opressão. O objetivo é transformar a reflexão em ações, buscando a implementação e concretização

de políticas públicas que garantam a erradicação de toda e qualquer opressão de gênero. Entrementes, a luta contra a desumanização das mulheres negras, pardas e indígenas garantiria igualdade e equidade de direitos, erradicando o padrão heteronormativo, sexista e excludente que se reproduz, excluindo mulheres negras, pardas e indígenas.

REFERÊNCIAS

ARANTES, R. F. de M. **Meditações sobre feminismos, relações raciais e lutas antirracistas**. Recife: SOS Corpo, 2018.

BALESTRIN, L. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. p. 89 - 117, 2013.

CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, C. Caso Miguel: Morte de menino no Recife mostra “como supremacia branca funciona no Brasil”, diz historiadora. **Uol**, [online], 05 jun. 2020. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2020/06/05/caso-miguel-morte-de-menino-no-recife-mostra-como-supremacia-branca-funciona-no-brasil.htm>. Acesso em: 22 mar. 2023.

EX-COZINHEIRA virou empresária e formou quatro filhas graças a políticas criadas por Lula. Portal Lula, [online], 21 ju. 2022. Disponível em: <https://lula.com.br/ex-cozinheira-virou-empresaria-e-formou-quatro-filhas-gracas-a-politicas-criadas-por-lula/>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FERRÉS, J; PISCITELLI, A. Competência midiática: proposta articulada de dimensões e indicadores. **Lumina**, v. 9, n. 1, p. 01 - 16, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

GERBASE, C. **Cinema, primeiro filme**: Descobrimo, fazendo, pensando. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2017.

GIACOMINI, S. Ma. **A mulher e escrava**: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

GONZALES, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V et al.(orgs.). **O patriarcado desvelado**: Teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27 - 100.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464 - 478, 1995.

KELLNER, D. **A cultura da mídia - Estudos culturais**: Identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: EDUSC, 2001.

LANDERS, E. (org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LUGONES, Ma. Rumo ao um feminismo descolonial. **Estudos feministas**, v. 22, n. 3, p. 935 - 952, 2014.

MUNSBERG, J. A. S.; FERREIRA DA SILVA, G. Interculturalidade na perspectiva da descolonialidade: possibilidades via educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 13, n. 1, p. 140 - 154, 2018.

PETIT, C. Colônia. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**, v. 10, n. 2, p. 38 - 47, 2015.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

PINHEIRO, L. S. **Movimento de mulheres camponesas**: Uma análise do feminismo camponês popular. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Social, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: _____. **Cuestiones y horizontes**: De la dependencia histórico-cultural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 861 - 920.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, G. L. Avá. **Posadas**, n. 15, p. 00, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942009000200001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2022.

RIBEIRO, R. D. Problematizando a interseccionalidade ou análise da crítica de Maria Lugones ao conceito. In: MARIM, C.; CASTRO, S. de. (org.). **Estudos em decolonialidade e gênero**. Rio de Janeiro: Ape'ku, 2021. p. 75 - 96.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, a. 9, p. 26 - 37, 1994.

LUCIANE BENITES HERSING
LEANDRO LEMES DO PRADO
DÉBORA NICE FERRARI BARBOSA

SEGATO, R. L. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 207 - 236, 2006.

SOUZA, J. **Raça ou classe? Sobre a desigualdade brasileira**. Lua Nova, n. 65, p. 43 - 69, 2005.